

CORREIO NACIONAL



Essa será a 7ª reunião do grupo de trabalho

Reunião do GT de Ciência e Tecnologia do BRICS

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) realizará, nesta quarta e quinta-feira (21 e 22), a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Ciência e Tecnologia Polar e Oceânica, em Brasília. A abertura será às 9h na sede do Serpro e na sequência haverá a coletiva de imprensa. Ao longo do evento, representantes dos países membros do BRICS irão debater os avanços recentes da colaboração científica, incluindo temas como a saúde do ecossistema marinho e

pesquisa em biodiversidade; pesquisa em processos polares e de altitudes elevadas; estudos sobre fundos oceânicos e zonas hadais; processos estuarinos e costeiros; avanços em modelagem e observação oceânica; tecnologias de assimilação de dados, incluindo previsão climática e prevenção de desastres naturais entre outros. O GT irá consolidar parcerias e elaborar um plano de ação conjunto com foco nas prioridades estratégicas estabelecidas pelo BRICS.

Reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou nesta terça-feira (20) os Reajustes Tarifários Anuais das permissivas de energia elétrica cujos aniversários de contratação ocorrem neste mês. São elas: Cercos, localizada no Centro-Sul de Sergipe (SE); Cerpro, em Promissão (SP);

CERRP, em São José do Rio Preto (SP); e Cemirim, em Mogi Mirim (SP). Entre os principais fatores que influenciaram os reajustes tarifários das quatro permissivas, destacam-se os custos: relacionados às atividades de distribuição, com maior peso na Cerpro; dos Encargos Setoriais.

Aposentadoria especial

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve decisão favorável à manutenção da análise individualizada de processos administrativos que envolvem a concessão de benefícios previdenciários por exposição ao agente nocivo benzeno, substância química utilizada em diversos processos industriais e

encontrada em produtos como combustíveis e solventes. A ação civil pública havia sido proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Próprias, Contratadas e Indústrias de Transporte de Gás, Matérias-Primas Derivadas de Petróleo e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro.

Áreas de reflorestamento

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 80 milhões do Fundo Clima para a empresa brasileira re.green reconstruir áreas degradadas na Amazônia e Mata Atlântica. Especializada em restauração florestal em larga escala, a re.green foi a primei-

ra empresa a firmar um contrato de financiamento com o BNDES para reflorestamento via Fundo Clima, incluindo a reconstrução de parte do território do Arco da Restauração, que vai do leste do Estado do Maranhão ao Acre, passando pelo sul do Pará, Mato Grosso e também Rondônia.

Código de Ética

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu consulta pública para receber contribuições da sociedade para atualização do Código de Ética dos Agentes Públicos da autarquia. O documento ficará disponível para colaborações até o dia 16 de junho. O código estabelece

os princípios, valores e normas de conduta que devem nortear a atuação de todos os agentes públicos que prestam serviços ao Cade. Seu conteúdo complementa as obrigações já definidas pela Constituição Federal, pela legislação infraconstitucional e por outras normas.

Desmatamento ilegal

Uma operação realizada no Triângulo Mineiro pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), concluída na sexta-feira (16), resultou em mais de R\$ 4,2 milhões em multas ambientais relacionadas a 500 hectares de áreas protegidas desma-

tadas ilegalmente, que foram embargadas. Durante a fiscalização, os agentes ambientais constataram, por imagens de satélite e drones em campo, que até 14% das áreas de reserva permanente da região foram irregularmente con-

SpiN-TEC contra a Covid-19 chega à fase final de testes

A nova fase de testes terá voluntários de todas as regiões

A vacina SpiN-TEC, a primeira contra a Covid-19 desenvolvida com tecnologia e insumos totalmente nacionais, avança para a última etapa antes da submissão para aprovação final pela Anvisa. Desenvolvida com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a iniciativa marca um feito inédito da ciência brasileira. Na última semana, a Universidade Federal de Minas Gerais anunciou a conclusão da fase 2 dos ensaios em humanos e o início da nova fase, prevista para começar no início de 2026.

“O desenvolvimento da vacina SpiN-TEC é um marco histórico. Pela primeira vez, o Brasil foi capaz de desenvolver uma vacina para uso em humanos com tecnologia totalmente nacional, desde a pesquisa até ensaios clínicos”, destacou Thiago Moraes, coordenador-geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O MCTI investiu R\$ 140 milhões no desenvolvimento da vacina, apoiando todas as etapas de testes. A vacina foi desenvolvida no CTVacinas/UFMG, em parceria com a



Foto: CTVacinas

O MCTI investiu R\$ 140 milhões no desenvolvimento da vacina

Fundação Oswaldo Cruz em Minas Gerais, sob coordenação do professor Ricardo Gazzinelli, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG e da Fiocruz/MG. A nova fase de testes contará com voluntários de todas as regiões do País.

Ricardo Gazzinelli destacou os desafios enfrentados pela equipe. “Durante o desenvolvimento tivemos que montar laboratórios e formar uma equipe com um tipo de treinamento

completamente diferente. Tivemos que recrutar pessoas da área de farmacotécnica, da área regulatória e garantia da qualidade”, disse.

A SpiN-TEC se diferencia das vacinas atualmente disponíveis, que atuam principalmente pela produção de anticorpos que bloqueiam a entrada do vírus nas células. Com as mutações do vírus, essas vacinas podem perder eficácia. Já a SpiN-TEC adota prepara as cé-

lulas para que não sejam infectadas e, caso a infecção ocorra, a célula infectada é destruída. Essa abordagem mostrou-se mais eficaz contra variantes da Covid-19.

A vacina também apresenta vantagens logísticas, sua grande estabilidade em geladeira permite que ela seja transportada e armazenada em locais mais distantes. Assim como o baixo custo e a capacidade de produção nacional.

Minha Casa, Minha Vida tem nova seleção

Marcelo Camará/Ministério das Cidades.

O ministro das Cidades, Jaider Filho, anunciou, nesta terça-feira (20), a seleção de 130 mil unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida com recursos do FAR e do FNHIS. O anúncio aconteceu durante a 26ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), junto ao presidente Lula.

“Ao final deste encontro, vocês, prefeitos, podem começar a procurar o Governo Federal para se inscrever e concorrer a novas casas. O que está em jogo é a necessidade dos moradores de cada cidade, que precisam de casas”, orientou o presidente.

O novo ciclo do ‘Minha Casa, Minha Vida’ prevê mais 110 mil novas unidades habitacionais urbanas, sendo 100 mil unidades para atendimento geral de famílias inscritas no cadastro local dos municípios e 10 mil destinadas para situações específicas, como localidades impactadas por obras públicas federais e si-



O anúncio foi feito na 26ª Marcha a Brasília

tuações de emergência ou calamidade.

Serão atendidos municípios com população acima de 50 mil habitantes em todo o Brasil. Para a meta destinada ao cadastro habitacional deverá ser observado o teto de contratação de unidades habitacionais por município, definido conforme porte populacional, e a meta por UF, distribuída a partir do déficit habitacional local.

Os municípios não abrangidos pelo MCMV-FAR

continuarão sendo atendidos por meio de nova seleção do MCMV-FNHIS. No novo processo do MCMV-FAR serão recepcionadas, inicialmente, apenas propostas em terrenos de padrão de inserção superior, isto é, aqueles com maior proximidade a equipamentos públicos e serviços urbanos. A boa localização dos terrenos traz qualidade de vida para as famílias do MCMV e reduz o impacto ambiental por deslocamentos.

Além disso, será adotado o modelo de ingresso continuado, o “balcão”. Nessa linha, as propostas são recebidas e analisadas pela Caixa Econômica Federal conforme ordem de cadastramento e de apresentação de toda a documentação para ateste da sua viabilidade.

Uma vez concluída a análise da proposta pela instituição financeira, o Ministério das Cidades publicará portaria confirmando a aptidão dos projetos para a contratação. A partir desse momento, os proponentes terão o prazo de até 120 dias para atender as últimas pendências para início de obras e celebrar o instrumento contratual junto à Caixa Econômica Federal.

O modelo visa imprimir maior agilidade ao processo de contratação e, consequentemente, ao início e à entrega das obras. A expectativa é que o esse ciclo permaneça aberto até 28/08/2026, ou até serem atingidas as metas de cada localidade.

STF

STF realiza seminário sobre direitos humanos

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza em 28 de maio o seminário internacional “Direitos Humanos e Novas Tecnologias: Experiências de Fronteira”, em parceria com o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas. O evento será aberto ao público e contará com a participação dos ministros Luís Roberto Barroso, presidente da Casa, e Edson Fachin, vice-presidente, além de grandes lideranças e especialistas da Europa, Ásia e América. Um dos focos do evento é debater a relação entre setor privado e direitos humanos na regulação de novas tecnologias diante das normativas nacionais.

TSE

Mais de 5 milhões de títulos serão cancelados

O prazo para evitar o cancelamento do título de eleitoral acabou ontem, dia 19 de maio, e os mais de 5 milhões de eleitoras e eleitores faltosos que não normalizaram a situação na Justiça Eleitoral terão sua inscrição cancelada. A medida está prevista na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.737/2024 e no Provimento da Corregedoria-Geral Eleitoral nº 1/2025. Ao todo, neste ano, a Justiça Eleitoral mapeou mais de 5,3 milhões de pessoas com títulos passíveis de cancelamento por não terem votado, nem justificado ou pagado as multas referentes à ausência nos três últimos pleitos, incluindo os suplementares.

STJ

Exploração de óleo e gás de fontes não convencionais

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu incidente de assunção de competência (IAC 21) para discutir a “possibilidade, impossibilidade e/ou condições de exploração de gás e óleo de fontes não convencionais (óleo e gás de xisto ou folhelho) mediante fraturamento hidráulico (fracking)”. A análise será realizada com base em normas de proteção ao meio ambiente e aos biomas, como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional dos Recursos Hídricos, a Lei do Petróleo e a Política Nacional da Mudança do Clima. A relatoria do IAC é do ministro Afrânio Vilela.

TCU

Inovação, clima e Agenda 2030 em debate

Em celebração ao Mês do Meio Ambiente, a Rede Legislativo Sustentável (RLS) promove a “V Conferência Nacional de Sustentabilidade no Legislativo”, nos dias 27 e 28 de maio, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. Com o tema “Sustentabilidade em Rede: inovação, perspectivas climáticas para gestão pública e Agenda 2030”, o evento reúne especialistas e gestores públicos para discutir desafios e soluções voltados a um Legislativo mais sustentável, inovador e eficiente. Criada em 2018, a RLS integra o Senado, a Câmara dos Deputados, o TCU e instituições legislativas de todo o país, estimulando boas práticas ambientais.